

CADERNO DE QUESTÕES

SELEÇÃO PARA CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE SAÚDE

09 de fevereiro de 2020

Nº INSCRIÇÃO: _____

Nº SALA: _____

CARGO 4

DIRETOR GERAL DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO)



DA PROVA



- Este Caderno de Prova contém 40 (quarenta) questões objetivas e você receberá do Fiscal de sala o cartão-resposta para transcrição das respostas das questões.
- Antes de iniciar, verifique se o Caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas, e se os seus dados estão corretos no cartão-resposta. Caso contrário, avise **imediatamente** ao Fiscal de sala. Qualquer reclamação deverá ser feita nos primeiros 15 (quinze) minutos após o início da prova.

DO TEMPO



- A prova tem duração de **3 (três) horas**.
- O Participante poderá retirar-se da sala, definitiva ou temporariamente, 01 (uma) hora após o início da prova, sem levar o gabarito.
- A anotação do gabarito individual da Prova Objetiva somente será permitida aos Participantes que permanecerem na sala faltando 01 (uma) hora do tempo total de duração da prova, sob pena de eliminação do certame.

INFORMAÇÕES GERAIS



- Deixe sobre a carteira **APENAS caneta transparente de cor azul ou preta e documento de identidade original com foto**. Os demais pertences devem ser colocados embaixo da carteira em saco entregue para tal fim. **Os celulares devem ser desligados** antes de guardados.
- Anote o seu **número de inscrição** e o **número de sala** na capa deste Caderno de Prova.
- Reserve os 30 minutos finais para marcar seu cartão-resposta. Não rasure o cartão-resposta.
- Quando terminar a prova, acene para chamar o Fiscal de sala e entregue este Caderno de Prova e o cartão-resposta devidamente assinado.
- Após entregar a prova, o Participante **não** poderá permanecer nas dependências da ESP/CE.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 01. Estabelece as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública, a serem implementadas de forma regionalizada. Lei quadrienal com vigência a partir do segundo ano do mandato do Executivo até o final do primeiro ano do mandato seguinte. A descrição corresponde a qual Lei do planejamento governamental?

- A) Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- B) Plano Plurianual (PPA).
- C) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- D) Orçamento Anual (LOA).

QUESTÃO 02. Um grupo de gestores responsável por um Consórcio Público de Saúde está discutindo o processo de reorganização da Rede de Atenção à Saúde (RAS) na região consorciada. Um dos participantes ressaltou que tal processo deve ser baseado no Artigo 198 da Constituição Federal. Tomando como base este Artigo, assinale dentre as alternativas abaixo qual a que apresenta duas características desta RAS.

- A) Centralizada e baseada em Consórcio.
- B) Hierarquizada e centralizada.
- C) Integrada e baseada em Consórcio.
- D) Regionalizada e hierarquizada.

QUESTÃO 03. As unidades geridas por consórcio se constituem pontos de atenção das Redes de Atenção à Saúde (RAS). As RAS são sistemas integrados caracterizados por:

- A) Estratificação dos riscos, voltados para os determinantes sociais e sobre as condições de saúde estabelecidas, com foco nas condições agudas.
- B) Estratificação dos riscos, voltados para os determinantes sociais da saúde intermediários e proximais e sobre as condições de saúde estabelecidas.
- C) Classificação de risco e vulnerabilidade social, com foco nas condições agudas, e voltado para os determinantes sociais da saúde.
- D) Classificação e avaliação de risco, voltados para os determinantes sociais da saúde

intermediários e proximais e sobre as condições de saúde.

QUESTÃO 04. O coordenador do processo do planejamento de um Consórcio Público de Saúde do Estado do Ceará reforçou a necessidade de alinhamento deste processo com o Plano Plurianual (PPA) 2016 - 2019, do governo do Estado. Dentre as opções abaixo, assinale as premissas deste instrumento de planejamento governamental.

- A) Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial; Temas Estratégicos; Programas de Governo e Participação Cidadã.
- B) Participação Cidadã; Metas de Médio Alcance; Plataforma de Desenvolvimento de Longo Prazo e Indicadores Confiáveis.
- C) Negociação de Prioridades para o Desenvolvimento Sustentável; Economia Competitiva; Meio Ambiente Preservado e Plataforma de Desenvolvimento de Longo Prazo.
- D) Gestão Pública por Resultados; Participação Cidadã; Promoção do Desenvolvimento Territorial e Intersetorialidade.

QUESTÃO 05. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde está sendo formada de acordo com o Decreto nº 33.413 de 20 de dezembro de 2019, do governo do Estado do Ceará. Marque a opção que apresenta a composição desta Diretoria.

- A) 01 (um) secretário-executivo, 01 (um) diretor financeiro e 01 (um) diretor geral.
- B) 01 (um) secretário-executivo, 01 (um) diretor administrativo-financeiro e 01 (um) procurador jurídico.
- C) 01 (um) secretário-executivo, 01 (um) diretor administrativo-financeiro, 01 (um) assessor de planejamento.
- D) 01 (um) secretário-executivo, 01 (um) assessor de planejamento, 01 (um) procurador jurídico.

QUESTÃO 06. O Consórcio Público de Saúde no Estado do Ceará deverá contar com uma comissão de acompanhamento interno e externo. De acordo com o Decreto nº 33.413, de 20 de dezembro de 2019, como deverá ser formada a comissão de acompanhamento interno?

- A) Pelo Superintendente Regional de Saúde, e contará com o apoio técnico do Diretor Administrativo-Financeiro.
- B) Pelo Superintendente Regional de Saúde e contará com o apoio técnico do Secretário Executivo do Consórcio.
- C) Pelo Diretor-Geral e o Responsável Técnico da unidade e contará com o apoio técnico das Superintendências Regionais de Saúde.
- D) Pelo Diretor Geral e o Superintendente Regional de Saúde e contará com o apoio técnico dos Diretores das Unidades consorciadas.

QUESTÃO 07. A Lei de nº 13.822 de 03 de maio de 2019 determina que o consórcio público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal. Em obediência à referida Lei, como será regido o pessoal que atuará no Consórcio Público de Saúde?

- A) Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- B) Leis de regime estatutário.
- C) Leis jurídico-administrativas locais.
- D) Leis do regime jurídico único.

QUESTÃO 08. O gestor do Consórcio Público de Saúde deverá pautar suas decisões nos princípios da Administração Pública determinados pelo art. 37 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Marque a alternativa que apresenta esses princípios.

- A) Moralidade, Legalidade, Publicidade, Eficiência e Eficácia.
- B) Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
- C) Eficácia, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Ética.
- D) Impessoalidade, Publicidade, Ética, Eficiência e Justiça.

QUESTÃO 09. Um Consórcio Público de Saúde vem utilizando novas tecnologias para tornar os processos de trabalho mais eficientes, resolver problemas de saúde e melhorar a qualidade de vida da população. Um dos gestores propôs que essas tecnologias fossem avaliadas. Dentre as

opções abaixo assinale a que melhor define a Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS):

- A) Análise econômica e técnica que, associada aos dados de prevalência, incidência, morbidade e mortalidade, auxilia na mensuração do impacto para a sociedade, decorrente de um conjunto de agravos, com o objetivo de prevenir a adoção de tecnologias de valor questionável ao sistema de saúde.
- B) Metodologia de síntese em que é feita uma análise comparativa do uso de diferentes tecnologias em saúde, tanto em termos de custos como de consequências, para incentivar a adoção de tecnologias custo-efetivas e influenciar diretamente os processos de trabalho em saúde, e melhoria da qualidade vida da população.
- C) Análise multidisciplinar, técnica e política, que estuda as implicações clínicas, sociais e econômicas do desenvolvimento, difusão e uso de tecnologias em saúde, com o objetivo de influenciar diretamente os processos de trabalho em saúde, e melhoria da qualidade vida da população.
- D) Avaliação sistemática das propriedades, efeitos e/ou impactos da tecnologia em saúde, tendo como principal objetivo gerar informação para a tomada de decisão, incentivar a adoção de tecnologias custo-efetivas e prevenir a adoção de tecnologias de valor questionável ao sistema de saúde.

QUESTÃO 10. De acordo com o Decreto nº 33.413, de 20 de dezembro de 2019, do Governo do Estado do Ceará, para a contratualização em 2020, a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará utilizará como referência para a elaboração da minuta do Contrato de Programa a matriz de indicadores, incluindo os epidemiológicos. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que apresenta a definição CORRETA de um dos principais indicadores epidemiológicos:

- A) A prevalência é a medida parcial da ocorrência de um agravo em indivíduos ou em populações de risco que se tornaram doentes num certo intervalo de tempo, em uma região determinada.

B) A incidência é uma medida de frequência do número de casos novos de uma doença, originados de uma população em risco de sofrê-la, durante um período de tempo determinado.

C) Os indicadores de morbidade medem a ocorrência de problemas crônicos de saúde específicos como hipertensão arterial, infecções, cânceres, entre outros, em uma região determinada.

D) Os indicadores de mortalidade geral ou por causas específicas são os obtidos pela relação entre o número de mortos em uma população e o total de casos de uma doença ocorrida em uma determinada região.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11. Com a intenção de modernizar os equipamentos da Unidade, um Diretor de CEO, integrante de um Consórcio Público de Saúde, busca as condições legais de celebrar convênio com a União. Com base na Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005 as exigências legais de regularidade desse convênio aplicar-se-ão:

A) Ao próprio consórcio público envolvido e aos entes federativos nele consorciados.

B) Aos entes federativos consorciados, sem restrições, tendo em vista que não há pessoa jurídica distinta.

C) Ao próprio consórcio público envolvido, e não aos entes federativos nele consorciados.

D) À pessoa jurídica do Consórcio, e aos integrantes do Consórcio que não são pessoas jurídicas distintas.

QUESTÃO 12. As obrigações e responsabilidades da Direção de um CEO consorciado devem constar no Contrato de Programa. Assinale a alternativa com obrigações e responsabilidades específicas da Direção do CEO.

A) Dispor de serviço de arquivo e guarda de documentação; Elaborar e enviar ao Conselho

Fiscal, semestralmente, os balancetes e demais demonstrações financeiras.

B) Programar os recursos necessários ao custeio e a execução do contrato, de acordo com os indicadores e metas estabelecidas; Fiscalizar, auditar e supervisionar as atividades do contrato de programa.

C) Avaliar o desempenho e o cumprimento das metas e a qualidade dos serviços prestados; Informar mensalmente a Superintendência Regional de Saúde a produção ambulatorial.

D) Indicar o Secretário Executivo do Consórcio para ser o gestor do Contrato de Programa; Cumprir o cronograma de desembolso dos recursos financeiros previsto no contrato de rateio.

QUESTÃO 13. Os Consórcios Públicos de Saúde em vigência no estado do Ceará requerem para sua realização os Contratos de Programa e de Rateio. Sobre estes Contratos, é CORRETO afirmar.

A) São instrumentos pelos quais devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da federação tenha para com outro ente da federação ou para o consórcio público no âmbito da prestação de serviços privados por meio da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.

B) O Contrato de Rateio será formalizado pela Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, junto ao Plano Plurianual, ou seja, de quatro em quatro anos com observância da legislação orçamentário-financeira do ente consorciado.

C) O Contrato de Programa é o acordo celebrado anualmente entre os entes consorciados, onde se identificam os recursos orçamentários e financeiros, e a fonte de financiamento para o custeio das ações e serviços constantes na carteira de serviços de cada unidade.

D) A Secretaria da Saúde do Estado do Ceará utilizará como referência para elaboração da minuta do Contrato de Programa, a matriz de indicadores e os compromissos assumidos no Plano Regional de Saúde (PRS).

QUESTÃO 14. O Diretor de um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) pretende aplicar a Gestão de Processos para alcançar maior eficiência na prestação do serviço da Unidade,

melhor adaptação às mudanças e maior capacidade de aprendizado. Assinale a opção CORRETA acerca da Gestão de Processos.

A) É qualquer atividade ou conjuntos independentes de atividades que toma um "input", adiciona valor a ele e fornece um "output" a um cliente específico.

B) É a busca pela eliminação de falhas nas organizações além de grande motivadora para avanços e melhorias nos mecanismos de gestão.

C) As necessidades imediatas da empresa são traduzidas como requisitos de processos a serem desenvolvidos pela organização.

D) Todas as tarefas da organização são executadas sob rígida supervisão hierárquica para o cumprimento de metas e indicadores.

QUESTÃO 15. Um Consórcio Público de Saúde necessita contratar atividades de Gestão de Processos para as Unidades de Saúde consorciadas. Qual modalidade de contratação deve ser preferencialmente adotada?

A) Contratação de serviços de consultorias, assessorias, auditorias e treinamentos específicos no assunto.

B) Contratação de serviços técnicos especializados conforme determinação da Lei de Licitações.

C) Contratação direta de serviços executivos propriamente ditos.

D) Contratação realizada por meio do Pregão, na forma eletrônica.

QUESTÃO 16. O modelo de Gestão para Resultados pode ser utilizado pela administração pública para gerenciar pessoas, processos, recursos e bens públicos. Sobre o modelo de Gestão para Resultados, é CORRETO afirmar.

A) Põe foco no objetivo final do empreendimento, ou seja, que resultado será alcançado com o esforço e os recursos despendidos no processo executado.

B) Os colaboradores têm voz para contribuir com as tomadas de decisão e resultados, com foco nos métodos e procedimentos, buscando sempre a perfeição.

C) Examina cuidadosamente as atividades desenvolvidas, averiguando se os resultados estão

de acordo com as disposições estabelecidas, com o foco de todo o processo, o próprio gestor.

D) Concebido como um meio de descentralização da regulação, controle, fiscalização e implantação das políticas públicas de saúde, buscando o alcance de resultados.

QUESTÃO 17. A Diretoria Executiva do consórcio e os gerentes das Unidades Assistenciais adotaram o Modelo de Gestão para Resultados que incorpora o princípio da Eficiência, dentre outros. No contexto aplicado da Administração Baseada em Resultados, em relação ao princípio da Eficiência é CORRETO afirmar.

A) O administrador público deve possibilitar aos administrados o conhecimento pleno de suas condutas administrativas.

B) O administrado deve ter suas demandas atendidas com presteza e o serviço público agir com produtividade, competência e qualidade.

C) Os atos públicos devem alcançar os resultados desejados da melhor maneira possível e serem divulgados amplamente.

D) A atuação da Administração Pública deve ter por escopo os padrões éticos, a probidade, a lealdade, a boa-fé e honestidade.

QUESTÃO 18. Dentre as atividades do diretor da policlínica e do CEO consta planejar, programar e executar programas, projetos, ações, atividades e serviços na área da saúde. Neste sentido, os dirigentes devem observar que:

A) Estas atividades devem estar em concordância com o contrato de rateio, firmadas entre os entes consorciados, publicados no Diário Oficial do Estado e disponibilizados em página eletrônica do Consórcio.

B) A carteira de serviços será definida por normas estabelecidas pelo gestor municipal da saúde e pelo presidente do consórcio, com base nas necessidades de saúde identificadas no Plano Municipal.

C) No componente planejar do "DigiSUS Gestor" é possível consultar a série histórica com os resultados dos indicadores da pactuação interfederativa, assim como, verificar o alcance das metas pactuadas anualmente.

D) O planejamento deve ser individual, ascendente, integrado as regiões de saúde circunvizinhas e a carteira de saúde, metas e indicadores aprovados no Conselho Estadual de Saúde.

QUESTÃO 19. O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade dos Centros de Especialidades Odontológicas (PMAQ-CEO), está organizado em quatro fases que se complementam, formando um ciclo contínuo de ampliação do acesso e melhoria da qualidade. Qual a alternativa CORRETA que apresenta as fases sequenciadas deste ciclo?

A) adesão à programação pactuada integrada; contratualização de compromissos e indicadores a serem firmados entre a Equipe do CEO; desenvolvimento de programas e projetos; avaliação externa, em que será realizado um conjunto de ações que averiguará as condições de acesso e de qualidade dos CEO; recontratualização entre as diferentes esferas de governo e Equipe do CEO, a partir das realidades evidenciadas na avaliação externa.

B) adesão à programação pactuada integrada; contratualização de compromissos e indicadores a serem firmados entre a Equipe do CEO; adesão à programação geral das Ações e Serviços de Saúde-PGGAS; desenvolvimento de programas e projetos do plano plurianual; recontratualização entre as diferentes esferas de governo e Equipe do CEO, a partir das realidades evidenciadas na avaliação externa.

C) adesão e contratualização de compromissos e indicadores a serem firmados entre a Equipe do CEO e os gestores de diferentes esferas (municipais, estaduais, Ministério da Saúde); desenvolvimento das estratégias relacionadas aos compromissos com a melhoria do acesso e da qualidade; avaliação externa, em que será realizado um conjunto de ações que averiguará as condições de acesso e de qualidade dos CEO; recontratualização entre as diferentes esferas de governo e Equipe do CEO, a partir das realidades evidenciadas na avaliação externa.

D) adesão e contratualização de compromissos e indicadores a serem firmados entre a Equipe do CEO; adesão à programação pactuada integrada; contratualização de compromissos e indicadores a

serem firmados entre a Equipe do CEO; desenvolvimento de programas e projetos do plano plurianual; recontratualização entre as diferentes esferas de governo e Equipe do CEO, a partir das realidades evidenciadas na avaliação externa.

QUESTÃO 20. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde decidiu seguir os quatro macroprocessos do atual modelo de gestão orientado para resultados que o Estado do Ceará assumiu por meio do decreto de nº 32.216, de 8 de maio de 2017. Qual o item apresenta os quatro macroprocessos deste modelo de gestão?

A) I – Programação de Saúde; II – Orçamento-Programa; III – Indicadores; IV – Avaliação.

B) I – Planejamento; II – Orçamento-Programa; III – Indicadores; IV – Avaliação.

C) I – Planejamento; II – Orçamento; III – Monitoramento; IV – Avaliação.

D) I – Programação Setorial; II – Orçamento; III – Monitoramento; IV – Controle e Auditoria.

QUESTÃO 21. A Lei nº 12.527/2011 conhecida também como Lei da Transparência dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, DF e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Marque a alternativa que apresenta CORRETAMENTE as diretrizes desta Lei.

A) Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; descentralização; atendimento integral; utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

B) Gestão participativa e cogestão; acolhimento; defesa dos direitos dos usuários e desenvolvimento do controle social da administração pública; observância da publicidade como preceito geral e do sigilo, como exceção.

C) Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

D) Moralidade, impessoalidade, publicidade; divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

QUESTÃO 22. O Diretor de um Centro Especializado de Odontologia está implantando a Gestão da Clínica na Unidade. Sobre a gestão da clínica no contexto dos Centros Especializados de Odontologia, a conduta diretamente aplicável é:

- A) o desenho do programa de atenção à condição crônica com ênfase na diabetes e hipertensão dos usuários idosos.
- B) a manutenção dos indicadores de estrutura, processo e resultados.
- C) o controle e eliminação das filas de espera (livre-demanda).
- D) atualização dos protocolos assistenciais de referência e contra referência, pelos municípios consorciados.

QUESTÃO 23. A gestão da clínica refere-se ao conjunto de técnicas, atitudes e tecnologias para o atendimento na saúde. Sobre a gestão da clínica é CORRETO afirmar que:

- A) demanda uma abordagem que leva em conta questões relacionadas ao poder e ao papel dos diretores dos estabelecimentos de saúde, dos diretores dos serviços e dos gestores.
- B) busca uma transformação das práticas de atenção, gestão e da própria educação para que possa produzir uma atenção integral voltada para necessidades de saúde das pessoas e populações.
- C) estimula a capacidade de dialogar sobre diferentes perspectivas, incluindo a das pessoas de maior poder aquisitivo, a dos profissionais de saúde com concursados, com título de mestre e da gestão.
- D) compreende um conjunto de tecnologias duras baseadas nas diretrizes da gestão de ações, serviços e sistemas de saúde.

QUESTÃO 24. As listas de espera constituem uma tecnologia de gestão da clínica, orientada a racionalizar o acesso a serviços em que existe um desequilíbrio entre oferta e demanda. Quais as

condições essenciais para a tecnologia da gestão das listas de espera funcionar adequadamente?

- A) Transparência; Ordenamento por necessidade da população.
- B) Gestão de caso; Diretrizes clínicas.
- C) Auditoria clínica; Gestão da condição de saúde.
- D) Resolubilidade; Orientação comunitária.

QUESTÃO 25. A Rede de Atenção à Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde exige que haja um vigoroso investimento na introdução de tecnologias de gestão da clínica, a partir do desenvolvimento e incorporação de Diretrizes Clínicas, construídas com base em evidências. Em relação ao conceito de Diretrizes Clínicas, assinale a opção CORRETA.

- A) É o processo de gerenciamento de um fator de risco ou de determinada condição de saúde, com o objetivo de alcançar bons resultados clínicos, de reduzir os riscos para os profissionais e para as pessoas usuárias.
- B) É o processo cooperativo que se desenvolve entre um profissional gestor de caso e uma pessoa portadora de uma condição de saúde muito complexa e sua rede de suporte social para planejar, monitorar e avaliar opções de cuidados.
- C) É um conjunto de tecnologias de microgestão da clínica, destinado a prover uma atenção à saúde de qualidade, efetiva e segura, que não cause danos às pessoas e aos profissionais de saúde.
- D) São recomendações preparadas, de forma sistemática, com o propósito de influenciar decisões dos profissionais de saúde e das pessoas usuárias a respeito da atenção apropriada, em circunstâncias clínicas específicas.

QUESTÃO 26. Os sistemas de informação em saúde congregam um conjunto de dados, informações e conhecimentos utilizados na área de saúde para dar suporte ao planejamento e ao processo decisório no SUS. De acordo com o Decreto Estadual de nº 33.413, de 20 de dezembro de 2019, quem deverá ser o responsável pela implementação e atualização do sistema de informação dos Consórcios Públicos de Saúde no Estado do Ceará?

- A) A Secretaria de Saúde do Estado do Ceará.
- B) Os CEO e as Policlínicas.
- C) A Diretoria Executiva e Diretores das Unidades Assistenciais dos Consórcios.
- D) As Secretarias de Saúde dos municípios consorciados.

QUESTÃO 27. O processo de Auditoria do SUS consta de duas fases Auditoria Analítica e Operativa e os procedimentos referentes a cada uma delas. Qual alternativa apresenta os procedimentos da fase Analítica?

- A) Identificação "in loco" dos dados e informações para verificar a natureza, extensão e os procedimentos, garantindo dessa maneira a assistência prestada.
- B) Análise "in loco" da produtividade e do acesso, observando-se o princípio da integralidade da assistência, com a finalidade de obter elementos necessários ao trabalho de auditoria.
- C) Exame do todo ou de partes de processos, assim como de acompanhamento, controle e avaliação à distância de um prestador ou de um processo.
- D) Verificação do processo de educação permanente e da disponibilidade dos materiais didáticos para capacitação dos profissionais.

QUESTÃO 28. Uma nova Tecnologia em Saúde para aprimorar o processo de gestão e assistencial do Centro de Especialidade Odontológica (CEO) foi criada. Qual instância é responsável pelo registro dessa nova Tecnologia em Saúde?

- A) Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).
- B) Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia
- C) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- D) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

QUESTÃO 29. Diretores do CEO no exercício das funções de planejar e monitorar assistência odontológica especializada realizam ações para o conhecimento, detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou

agravos. A descrição dessas ações define qual tipo de Vigilância?

- A) Vigilância Epidemiológica
- B) Vigilância à Saúde
- C) Vigilância Terapêutica
- D) Vigilância Sanitária

QUESTÃO 30. Dentre as ações que devem ser realizadas nas Unidades Assistenciais dos Consórcios Públicos está a Vigilância em Saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde. Em relação às práticas e processos de trabalho das ações de Vigilância em Saúde, de acordo com a Portaria de nº 1.378, de 9 de julho de 2013 do Ministério da Saúde, marque a alternativa CORRETA.

- A) As ações de vigilância, de maneira rotineira e sistemática, podem ser desenvolvidas em serviços de saúde públicos e privados nos vários níveis de atenção, laboratórios, ambientes de estudo e trabalho e na própria comunidade.
- B) As ações de vigilância incluem a coordenação, monitoramento e execução das rotinas administrativas e assistenciais visando o desempenho das ações pactuadas respeitando os protocolos e diretrizes clínicas elaboradas pelos Consórcios Públicos de Saúde.
- C) As ações de vigilância da gestão do estoque municipal de insumos incluem o armazenamento e o transporte desses insumos para seus locais de uso, de acordo com as normas vigentes, propostas pelos Consórcios Públicos de Saúde.
- D) A vigilância em saúde e o monitoramento do sistema de referência e contra referência asseguram o pleno e autônomo funcionamento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

QUESTÃO 31. O Diretor de um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) está com a demanda para a aquisição de medicamentos e insumos básicos para suprir as necessidades do CEO. Tomando como base o Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF), assinale a alternativa CORRETA:

- A) As aquisições de insumos e medicamentos do CBAF não obedecem à Lei 8.666/93, por serem itens de alta relevância para a sociedade.
- B) Os valores do financiamento das contrapartidas dos estados e dos municípios devem ser pactuados na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).
- C) Os medicamentos que fazem parte do CBAF são financiados pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios.
- D) A esfera municipal é responsável exclusivamente pelo processo de aquisição, armazenamento e distribuição dos medicamentos do CBAF.

QUESTÃO 32. O Diretor do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de um Consórcio Público de Saúde pretende aplicar os princípios norteadores estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Bucal/Ministério da Saúde 2004, para fazer frente ao desafio de reorganizar a atenção à saúde bucal no âmbito do SUS e ampliar e qualificar a oferta de serviços odontológicos especializados em seu território. Assinale a alternativa que apresenta esses princípios norteadores.

- A) Gestão Participativa; Ética; Acesso; Acolhimento; Vínculo e Responsabilidade Profissional.
- B) Universalidade; Integralidade; Equidade, Acolhimento; Vínculo e Gestão Participativa.
- C) Universalidade; Integralidade; Ética; Acesso; Vínculo e Responsabilidade Profissional.
- D) Gestão Participativa; Integralidade; Acesso; Ética; Vínculo e Universalidade.

QUESTÃO 33. Os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) são Unidades Assistenciais dos Consórcios Públicos de Saúde no Estado do Ceará. São estabelecimentos de saúde bucal classificados como clínica especializada/ambulatório de especialidade que oferecem serviços de Odontologia gratuitos à população. Sobre os CEO é CORRETO afirmar:

- A) São estabelecimentos de saúde que prestam serviços de alta complexidade em saúde bucal com o objetivo de garantir a referência e contra

referência para as Equipes de Saúde Bucal da Atenção Básica.

B) Os CEO que forem incorporados à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência terão o objetivo de garantir a referência e contra referência para as Equipes de Saúde Bucal na Atenção Básica.

C) Todos os CEO devem atender, no mínimo, as seguintes áreas clínicas: diagnóstico bucal; periodontia especializada; cirurgia oral menor e atendimento a pacientes com necessidades especiais.

D) Os CEO deverão disponibilizar no mínimo 20 horas semanais para atendimento exclusivo a pessoa com deficiência quando inseridos na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

QUESTÃO 34. Um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) gerido por um Consórcio deve dispor de protocolos assistenciais com os municípios consorciados e fornecer aos usuários atendidos uma via da contra referência circunstanciada do atendimento prestado. Marque a alternativa CORRETA sobre itens que devem compor a contra referência.

A) Motivo do atendimento (CID); Guia de referência ao CEO.

B) Diagnóstico definido; Comprovante do agendamento.

C) Localização do Serviço; Plano terapêutico pós-alta.

D) Identificação completa do paciente e do município que referenciou.

QUESTÃO 35. A gestão de um Consórcio Público de Saúde e a gerência de suas Unidades Assistenciais deseja aplicar a política Nacional de Humanização (PNH) como política do SUS, para favorecer ações de humanização no âmbito da atenção e da gestão da saúde. Na prática, a PNH busca o seguinte resultado, dentre outros:

A) Garantia dos direitos dos usuários, valorização do trabalho na saúde; gestão participativa nos serviços.

B) Plano de cargos, carreiras e salários; estabelecimento de contratos de rateio e de programa; gestão participativa no serviço.

C) Transparência das informações; integralidade da assistência e adequada Assistência Farmacêutica.

D) Integralidade da assistência; gestão da clínica de excelência; cumprimento dos princípios do SUS.

QUESTÃO 36. As Unidades Assistenciais dos Consórcios Públicos de Saúde devem fazer parte das Redes de Atenção à Saúde (RAS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A estruturação dessa Rede é uma estratégia justificada pela:

A) necessidade de priorização da atenção às doenças agudas em consonância com o perfil epidemiológico brasileiro.

B) identificação de temas que serão prioritários no setor público e daqueles que serão delegados à iniciativa privada.

C) superação da fragmentação das ações e serviços de saúde e qualificação da gestão do cuidado.

D) importância do fortalecimento das entidades de classe e das ações profissionais.

QUESTÃO 37. A Diretoria Executiva de um Consórcio de Saúde está em processo de contratação de pessoal para suas Unidades Assistenciais e deve respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar de nº 101/2000). Em relação a essa Lei, assinale a afirmativa CORRETA.

A) Determina que os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público não se sujeitam às obrigações da lei, uma vez que possuem autonomia administrativa e financeira.

B) Estabelece que a despesa total com pessoal não pode exceder a 80% do limite, vedando o órgão que incorreu no excesso a criação de cargo, emprego ou função

C) Estabelece que nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.

D) Estabelece os limites da despesa total com pessoal para a União, os Estados e os Municípios em 50% da receita corrente líquida, em cada período de apuração.

QUESTÃO 38. Segundo a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de algumas situações. A Diretoria Executiva de um Consórcio Público de Saúde e a gerência das Unidades Assistenciais necessitam expandir uma ação governamental que acarretará aumento da despesa. Segundo a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, essa expansão deverá acompanhada de:

A) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

B) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e cinco anos subsequentes e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e Plano Regional de Saúde.

C) prova de cumprimento dos limites constitucionais e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Regional de Saúde.

D) medidas de compensação por meio de aumento da receita no orçamento administrativo-financeiro do consórcio e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual e o Plano Regional de Saúde.

QUESTÃO 39. O Diretor de CEO deve estar atento para a produção dos procedimentos odontológicos básicos e procedimentos especializados de Periodontia, Endodontia e Cirurgia Oral. Tomando por base o que determina a Portaria GM nº 1464/2011, qual a produção mínima mensal para procedimentos de Endodontia?

- A) O mínimo de 80; 110; 190 procedimentos de Endodontia por mês para os CEO Tipo 1, 2 e 3, respectivamente.
- B) O mínimo de 80; 90; 170 procedimentos de Endodontia por mês para os CEO Tipo 1, 2 e 3, respectivamente.
- C) O mínimo de 60; 90; 150 procedimentos de Endodontia por mês para os CEO Tipo 1, 2 e 3, respectivamente.
- D) O mínimo de 35; 60; 95 procedimentos de Endodontia por mês para os CEO Tipo 1, 2 e 3, respectivamente.

QUESTÃO 40. Dentre as atribuições da Direção de CEO, está o monitoramento e análise da produção mensal realizada na Unidade, no sentido de garantir a oferta das vagas pactuadas no Contrato de Programa e também evitar glosas. Sobre o registro da produção e o monitoramento dos procedimentos odontológicos, a Portaria GM nº 1464/2011, determina:

- A) O monitoramento da produção das especialidades odontológicas do CEO, consiste na análise de uma produção mínima mensal apresentada, verificada por meio do Sistema de Informação da Atenção Básica- SIAB.
- B) Para o cumprimento da produção mínima mensal dos Procedimentos Básicos é obrigatório que sejam realizadas, no mínimo, 80% de restauração em dente decíduo, e/ou em dente permanente anterior, e/ou posterior.
- C) Para a finalidade de monitoramento da produção, os Procedimentos Básicos a serem realizados em qualquer dos três tipos de CEO são exclusivos para o atendimento de pacientes com necessidades especiais.
- D) Para o registro e monitoramento da produção, os procedimentos por especialidade são identificados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), no atributo complemento.

GABARITO PARA CONFERÊNCIA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40